

A pesquisa e a ação a partir das experiências das populações do campo: o conhecimento também é desenhado pelos movimentos sociais

Research and Action Based on the Experiences of Rural Populations: Knowledge is also Designed by Social Movements

Kyara Maria de Almeida Vieira*

MUNARINI, Camila et al. *Pesquisas em assentamentos do MST em Santa Catarina: desafios na produção de conhecimento de professores militantes*. 1. ed. Curitiba: Appris, 2021, 324 p.

Que educação queremos? Essa continua sendo uma pergunta atual se considerarmos os desafios para o acesso ao ensino público gratuito e de qualidade, seja na escola básica, na graduação e/ou na pós-graduação. Essa pergunta não mobiliza apenas questões estruturais ou sobre conteúdos e metodologias que estarão nos Projetos Pedagógicos das escolas e dos cursos. Essa pergunta nos interpela, já de imediato, sobre a participação efetiva, coletiva, democrática, de todas as pessoas que passam a compor os espaços escolares, em suas mais variadas instâncias e setores. Essa é a pergunta que ativa nossos pensamentos desde as primeiras páginas do livro *Pesquisas em assentamentos do MST em Santa Catarina: desafios na produção de conhecimento de professores militantes*.

O livro tem a contribuição de várias autoras e autores, desde a sua organização até a escrita dos capítulos. Os textos resultam de pesquisas de mestrado e doutorado realizadas a partir de programas de pós-graduação, a maioria vinculada ao Programa de Educação da Reforma Agrária (Pronera), todos em universidades públicas. Portanto, entende-se a referida obra como uma das conquistas do movimento nacional de educação, construído por movimentos sociais e grupos organizados de pessoas oriundas do campo, desenvolvido nas

* Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Mossoró, Rio Grande do Norte, Brasil. kyara.almeida@ufersa.edu.br <<https://orcid.org/0000-0001-8147-4643>>

últimas três décadas, intitulado de Movimento de Educação do Campo (MOLINA, 2017).

Os textos tratam de experiências em assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), na região do Oeste do Estado de Santa Catarina, no sul do Brasil. Outrossim, as pessoas que nos apresentam suas narrativas, em maioria, estão/foram envolvidas diretamente com as escolas básicas de acampamentos e assentamentos, atuam ou atuaram no MST.

Metodologicamente, as pesquisas compõem um caleidoscópio de possibilidades, analisando documentos oficiais da educação a nível nacional, estadual e local, Projetos Políticos Pedagógicos, Manuais e Livros Didáticos, legislações, entrevistas, questionários, observação etnográfica, pesquisa ação, Periódicos Capes etc.

Dividida em três partes, a obra é composta por treze capítulos, nos quais a relação entre Estado, políticas públicas e movimentos sociais do campo é marcada por disputas, continuidades, descontinuidades e contradições. Na primeira parte, intitulada “Concepções e políticas na Educação do MST e na Educação”, há um esforço louvável de discussão teórica acompanhada de complexidade metodológica, a fim de problematizar as aproximações e os distanciamentos entre a educação proposta pelo MST e a Educação do Campo. A trajetória da efetivação da Educação do Campo como uma política pública, e possíveis desdobramentos no contexto educacional, dialoga com as reflexões acerca da interferência do Estado e dos Organismos Multilaterais na Educação do Campo e do MST, culminando numa análise da função social da escola materializada na criação e existência da Escola José Maria.

Nos seus três capítulos, essa primeira parte explicita as possibilidades e desafios para a construção da educação crítica, coletiva e autônoma frente às contradições do sistema capitalista. Baseadas numa política que nasce do sofrimento e da luta, as referidas pesquisas destacam a importância de uma educação que torne mulheres, crianças e homens do campo donos de suas próprias histórias, compreendendo o rural como espaço de diversidade, de criação, de produção de cultura, de conhecimentos, de modos de vida, e não mais relacionado com a ideia de atraso, incivilidade ou subserviência ao capital (ARROYO; CALDART; MOLINA; 2004).

Com o título “Experiências educativas em escolas do campo: possibilidades, limites e desafios”, a segunda parte é composta por cinco capítulos, com

variados temas, que se interligam pelas resistências ao sistema de ensino hegemônico capitalista, este que continua investindo intensamente para minar as práticas educativas desenvolvidas em escolas dos Assentamentos de Reforma Agrária.

Começando por interrogar como a Política de Educação do Campo é incorporada e textualizada no Projeto Político Pedagógico de escolas de ensino médio do campo, os textos fazem um passeio pelos desafios de operacionalização de Ensino de Ciências numa perspectiva progressista, desmascaram a intervenção do capital através do Sistema de Apostilamento e do investimento na privatização da educação básica, além de apontar os distanciamentos entre as expectativas de jovens do campo, escolarização e os livros didáticos. No fechamento dessa segunda parte, encontramos uma discussão sobre os diálogos e as tensões no processo de escolha dos livros no Programa Nacional do Livro Didático Campo (PNLD Campo), e os entraves causados pelo sistema de ensino que, associado ao capitalismo, desconsidera as especificidades e necessidades das escolas do campo.

A última e terceira parte do livro, nomeada “Educação, Gênero e Agroecologia na Reforma Agrária”, faz uma travessia por várias esferas da vida humana, permitindo que ultrapassemos a concepção, já insustentável, que a Reforma Agrária se limita, exclusivamente, ao acesso à terra. Em seus cinco capítulos, encontramos resultados de pesquisas sobre movimentos de dentro do próprio MST, que também se entrecruzam com movimentos “do fora”, seja no Brasil, no México, ou em outros países do mundo. Historicizam como o debate sobre gênero e diversidade sexual passou a compor os processos formativos da Via Campesina e do MST, além de destacar a importância da feira agroecológica para a construção da autonomia das mulheres, fazendo alusão à presença de elementos patriarcais e heteronormativos nas relações entre protagonistas da luta pela Reforma Agrária.

Além disto, há o texto que demonstra como a arte pode ser imprescindível para a construção de uma narrativa pedagógica que fortaleça a proteção das sementes crioulas e das identidades dos assentamentos do MST, em detrimento do agronegócio. Este que também tem sua dimensão conceitual esgarçada no capítulo sobre o hidronegócio e as disputas por territórios ocupados pela agricultura familiar em assentamentos de Reforma Agrária, sob o argumento da necessidade de construção dos empreendimentos hidroenergéticos.

Nessa terceira parte do livro, a Ecologia não aparece apenas nas discussões sobre a lida com a Terra, mas também é problematizada a partir da Ecologia dos saberes, que questiona o elitismo das universidades tradicionais que precisaram ser interpeladas, pelos Movimentos Sociais, com vistas à efetivação da democratização do acesso à educação e da justiça cognitiva para estudantes advindos de comunidades rurais, acampamentos e assentamentos. Apesar de todo o engessamento, a inclusão de cursos regulares voltados para povos do campo, nas instituições ofertantes, pode viabilizar a abertura para outras iniciativas de construir conhecimentos que não apenas a educação hegemônica neoliberal (CALDART, 2010; HAGE; SILVA; BRITO, 2016).

A obra materializa a prática interdisciplinar, sem se deixar tomar pela dureza da luta ou das derrotas. Autoras e autores não se amedrontam em fazer denúncias, evidenciar as perseguições e negligências da gestão pública, ou as violências e os investimentos empresariais que interferem diretamente na vida e no cotidiano das pessoas que vivem nos assentamentos de Reforma Agrária do MST. Como também destacam as experiências exitosas e os resultados propositivos quando o Estado respeita as pautas dos movimentos sociais, e cumpre o seu papel na defesa do direito à terra e a uma vida digna em todas as suas dimensões. Como afirma Arroyo (2005, p. 10), “no campo, nas formas produtivas em que os diversos povos se organizam, tudo é extremamente articulado. Os movimentos sociais percebem e respeitam essa dinâmica produtiva, social e cultural organicamente irrecortável”.

A leitura de *Pesquisas em assentamentos do MST em Santa Catarina* apresenta um panorama histórico-social extremamente relevante que dá a conhecer as lutas e resistências específicas a partir dos assentamentos do MST, no Oeste de Santa Catarina. Certamente algumas trajetórias e acontecimentos deixaram marcas de dor e sofrimento, mas também trazem sopros de esperança e de coragem, da transformação a partir da luta coletiva, para além da lógica capitalista. Demarcando a importância dos princípios que ampararam democraticamente a equidade e a solidariedade campesina, os capítulos do referido livro montam um “mosaico” da história dos povos camponeses do Oeste catarinense, rompendo com os silêncios dos saberes universitários sobre esses povos, reafirmando: o conhecimento também é desenhado pelos movimentos sociais.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel. *Formação de Educadores e Educadoras do Campo*. Brasília: Mimeo, 2005.
- ARROYO, Miguel; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. *Por uma Educação do Campo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- CALDART, Roseli Salete. Licenciatura em Educação do Campo e projeto formativo: qual o lugar da docência por área? In: CALDART, Roseli Salete (Org.). *Caminhos para a transformação da escola: reflexões desde práticas da Licenciatura em Educação do Campo*. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 127-154.
- HAGE, Salomão Antônio Mufarrej; SILVA, Hellen do Socorro de Araújo; BRITO, Márcia Mariana Bittencourt. Educação Superior do Campo: desafios para a consolidação da Licenciatura em Educação do Campo. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 32, n. 4, p. 147-174, out./dez. 2016.
- MOLINA, Mônica Castagna. Contribuições das Licenciaturas em Educação do Campo para as Políticas de Formação de Educadores. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 38, n. 140, p. 587-609, jul./set., 2017.

Resenha submetida em 2 de abril de 2024.
Aprovada em 22 de setembro de 2024.

